O que é Transfeminismo? Uma Breve Introdução.

Há algum tempo, uma "nova" corrente feminista tem ganhado força no debate da sociedade em geral. Nova entre aspas, pois nos Estados Unidos essa corrente já existe há pelo menos duas décadas, impulsionada tanto por teorias acadêmicas quanto por movimentos ativistas autônomos. No Brasil, assim como ocorreu com o feminismo tradicional há muitas décadas atrás, veio importada desses mesmos movimentos e teorias que buscam, sobretudo, a emancipação das pessoas trans*[1]. O transfeminismo surge como uma corrente feminista voltada às questões das pessoas trans*. Frustradxs com a falta de visibilidade e até mesmo exclusão dentro do próprio movimento feminista, as pessoas trans* se organizam para lutar em prol de sua emancipação e autonomia, frente uma estrutura que mantém essas pessoas à margem. Tal estrutura pode ser definida através do que se convencionou chamar de *cissexismo.* Desenvolverei essa ideia mais à frente.

Dessa forma, essa corrente surge da necessidade de auto-organização e emancipação das pessoas trans*, cansadas de ocupar o lugar marginal nas políticas LGBT. As macro (e micro) políticas gay-lésbica sempre advogaram por pautas exclusivas de suas identidades, criando uma hierarquia de pautas onde as questões trans* figuravam/ram o final da lista. E, mesmo quando alcançados direitos historicamente demandados pela comunidade gay, como o casamento homoafetivo, o descaso para com a população trans* era/é tão grande que tais conquistas da comunidade gay-lésbica figuram na perda de direitos da população trans*, como vimos no caso recente do Reino Unido[2].

Por isso, as políticas de representatividade gay-lésbica para as pessoas trans* eram inexistentes ou, ainda, nocivas. Havia a necessidade de auto-organização, e de um movimento que estivesse fortemente relacionado com a emancipação e autonomia de pessoas trans*. O feminismo havia se mostrado muito útil em suas políticas de *empoderamento*, colocando as mulheres como o centro de sua luta, transmitindo elementos-chave para conceder autonomia e *empoderamento* às mulheres sujeitos de suas políticas. Contudo, o sujeito do feminismo figurou o grande problema entre as questões trans* e as questões do feminismo. Grande parte das correntes feministas não aceitava mulheres trans* em seus círculos, pois partiam de uma mentalidade bioessencialista que relegava mulheres trans* à categoria homem/masculina - seja por terem um genital considerado masculino, ou por considerarem que mulheres só são mulheres se designadas como tal no momento do nascimento[3]. Esse pensamento

[1] O asterisco diz respeito a um guarda-chuva que engloba várias identidades, entre elas transexuais, transgêneros, travestis e outrxs.
[2] Confira a notícia em inglês: http://www.gaystarnews.com/article/trans-people-left-behind-england-and-wales-equal-marriage-bill200513
[3] O termo *designado ao nascer* é uma forma de evitar esse bioessencialismo e de repensarmos criticamente o fato de automaticamente considerarmos certos corpos como masculinos/femininos. Uma vez que gênero é uma condição

impediu que o feminismo tradicional abrigasse mulheres trans* embaixo de sua categoria de mulher universal, e foi amplamente criticado não só pelo ativismo trans* como também pelo Feminismo Negro, que observou que a ideia da mulher universal representava, na realidade, a mulher branca, heterossexual e de classe média. Nas palavras de Audre Lorde[4]:

> É uma arrogância acadêmica particular supor qualquer discussão sobre teoria feminista sem examinar nossas muitas diferenças, e sem uma contribuição significante das mulheres pobres, negras e do terceiro mundo, e lésbicas. E, ainda assim, estou aqui como uma feminista negra e lésbica, tendo sido convidada a comentar no único painel nesta conferência no qual dados sobre feministas negras e lésbicas são representados. O que isto diz sobre a visão desta conferência é triste, num país onde racismo, sexismo e homofobia são inseparáveis. Ler esta programação é presumir que mulheres lésbicas e negras não têm nada a dizer sobre existencialismo, o erótico, a cultura e o silêncio das mulheres, o desenvolvimento da teoria feminista, ou heterossexualidade e poder.

Assim, as feministas que escreveram sobre questões trans* geralmente relegaram as mulheres trans* à categoria homem/masculina, ignorando o fato de que a sociedade as trata como mulheres, estando sujeitas, por isso, às formas comuns de machismo. Como colocou Julia Serano:

> Na realidade, as poucas feministas não-trans que escreveram sobre nós no passado comumente basearam suas teses na suposição de que nós somos, na realidade, "homens" (e não mulheres), e que nossa transição física para mulheres e nossas expressões de feminilidade representam uma apropriação da cultura, simbolismo e corpos das mulheres. Além disso, configurar um desrespeito com o fato de que nos identificamos, vivemos e somos tratadas como mulheres pelo mundo, tais abordagens falhas ignoraram uma oportunidade importante para examinar questões muito mais relevantes: as formas pelas quais o sexismo tradicional molda as suposições populares sobre mulheres transexuais, e porque tantas pessoas em nossa sociedade sentem-se ameaçadas pela existência de "homens que escolhem se tornar mulheres". (SERANO, 2007, p. 6)[5].

Dessa forma, não encontrando espaço político nem na comunidade gay-lésbica e nem no feminismo tradicional, surge então um movimento auto-organizado que partilha de praticamente todas as ideias feministas tradicionais, e as absorve em prol de políticas trans* de emancipação. É importante colocar aqui que o transfeminismo também surgiu da necessidade de se combater o machismo instalado na comunidade trans*, através de uma ótica feminista aplicada às questões trans* (por isso trans***feminismo**). Daí a

social, ele é imposto no momento do nascimento como uma forma de controle/projeto social de gênero. Sobre esse assunto confira BENTO 2008.

[4] Esse trecho faz parte de um texto da autora lido em uma conferência em 1979. Os créditos da tradução são de Renata M. Oliveira. A tradução foi publicada no blogue *Questões Plurais*: http://questoesplurais.tumblr.com/post/52195869256/as-ferramentas-do-mestre-nunca-irao-desmantelar-a-casa

[5] Tradução da autora.

necessidade de se criticar uma forma estereotipada de se perceber as pessoas trans*, especialmente as mulheres trans*, dentro dos veículos de comunicação tradicionais, e por vezes também os alternativos.

É importante ressaltar a importância da aliança entre o feminismo cisgênero (não trans*), seja ele tradicional ou feminismo negro, das trabalhadoras sexuais, socialista etc., e o transfeminismo. O transfeminismo não vem para substituir nenhum feminismo, mas sim para pedir que as feministas cisgêneras sejam parte de nossa luta como aliadas e também apoiar a luta de todas as outras mulheres que não são trans*. Como bem lembrou Emi Koyama em seu famoso texto *Manifesto Transfeminista*:

> (...) O Transfeminismo não é sobre se apoderar de instituições feministas existentes. Ao contrário, é sobre ampliar e avançar o feminismo como um todo através da nossa própria liberação e trabalho em coalizão com todas as outras pessoas. O Transfeminismo luta por mulheres trans e não trans , e pede às mulheres não trans para lutarem por mulheres trans também. O Transfeminismo engloba políticas de coalização feminista nas quais mulheres com diferentes vivências e histórias lutam umas pelas outras, pois se não lutarmos umas pelas outras, ninguém irá.[6]

Principais questões debatidas pelo transfeminismo

I. As questões da feminilidade

Com o objetivo de combater certos estereótipos machistas, muitas pessoas trans* criticavam os conceitos de masculino e feminino, que eram comumente tratados de forma distinta entre pessoas trans* e pessoas cis (quem não é trans*). Não havia, por exemplo, nenhuma perda do *status social mulher* quando mulheres cis adquiriam/performavam[7] certos comportamentos considerados socialmente masculinos. Na ótica machista, essas mulheres ainda eram/são fortemente reguladas e vilanizadas, mas não perdiam seu status de mulher. Com as mulheres trans*, certos detalhes mínimos como usar calça, era/é motivo para ter sua identidade de mulher deslegitimada por médicxs e psicólogxs que usavam/usam uma régua machista e binarista para "medir" quem é mais ou menos mulher ou homem, e consequentemente para medir quem é mais ou menos transexual. Binarista porque supõe uma relação de extrema oposição entre os sexos, onde os limites para os comportamentos são bem delimitados e regulados. Novamente Julia Serano nos lembra que

> Nenhum tipo de qualificação deveria ser imposta ao termo "mulher trans" com base na capacidade de uma pessoa em "passar" como mulher, nos seus níveis hormonais ou na configuração de seus genitais - até porque, é um

[6] Tradução da autora.
[7] O uso do termo *performar* intenciona-se como proposto por Butler, 2003. Trata-se da performatividade, a forma como construímos nossos gêneros através da repetição de vários signos associados a gênero *ad infinitum.*

> óbvio machismo reduzir qualquer mulher (trans ou quaisquer outras) somente às suas partes corporais, ou exigir que ela viva de acordo com certos ideais ditados socialmente no que diz respeito à aparência. (IBIDEM, 2007, p.8)

Dessa forma, havia e ainda há uma disputa pelo conceito de mulher – ou melhor, pelo conceito de “ser mulher”. As teorias bioessencialistas designam a biologia como o destino, ou seja, que uma pessoa que “nascesse como mulher ou homem” não poderia mudar seu destino biológico e seria para sempre como tal, mesmo que lançasse mão de alterações corporais/sociais posteriores. Esse pensamento coloca as pessoas trans* como imitações baratas dos “gêneros reais”, ou seja, das pessoas não trans*, chamadas aqui de *cisgêneras*.

Nesse sentido, o transfeminismo bebeu bastante da teoria *queer*, especificamente de Butler com sua teoria da performatividade, que foi muito útil para desconstruir certas ideias deterministas. Para Butler, somos todxs cópias de cópias de cópias, não havendo gênero/sexo “real” – porque o comportamento cria o gênero. É importante ressaltar aqui, que os termos sexo e gênero são usados como sinônimos, ainda segundo a ideia de Butler de que o sexo não pode ser tomado como uma categoria pré-discursiva; ou seja, ele não pode ser considerado uma verdade que antecede a linguagem, pois é a própria linguagem que cria a noção de sexo. Por isso, não se deve tomar o sexo como uma categoria mais ou menos verdadeira do que o gênero ou mais ou menos socialmente construída do que o gênero, pois decorre que sexo sempre foi o gênero desde o início (BUTLER, 2003).

As disputas entre as pessoas trans* e o campo médico, responsável por regular e determinar quem é trans* ou não, geralmente circulavam e circulam sobre questões de masculinidade e feminilidade. Analisadas sob a ótima míope machista e binarista, como já dito acima, muitas pessoas trans* são deslegitimadas em suas identidades e, por isso, impedidas de acessar os serviços de saúde para modificar seus corpos, e de serem reconhecidas juridicamente, ou seja, de terem seus documentos retificados pelo Estado. O transfeminismo critica severamente o poder médico que ainda mede a transexualidade com essa régua míope, e critica o poder médico em si como podemos ver a seguir.

II. A despatologização das identidades trans*

A patologização das identidades trans* figura como um estigma para a população trans* no geral, designadas como doentes mentais por documentos oficiais adotados pela medicina no geral, como o DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) e o CID (Código Internacional de Doenças). O DSM é um documento produzido pela APA – Associação de Psiquiatria Americana, e o CID produzido pela OMS. Juntos, possuem o poder de regular as práticas médicas não só nos Estados Unidos (no caso do DSM), mas também em outros países do mundo. São documentos-chave no que diz respeito à patologização das identidades trans*. Justamente por isso,

nos últimos anos, houve um forte levante da militância trans* ao redor do mundo contra a patologização das identidades trans* e acredito que isso se deve principalmente à influência do movimento chamado STP – *Stop Trans Pathologization*, organizada pela Rede Internacional pela Despatologização Trans*, que nos últimos anos movimentou protestos e reuniu coletivos trans* mundialmente para discutir sobre a patologização das identidades trans*[8]. O STP surgiu, inicialmente, sobretudo para influenciar na remoção da transexualidade do DSM, cuja nova versão estava prevista para 2012 (DSM-V). Por isso, o nome do site e do movimento ficou conhecido como STP 2012.

Não obstante a grande movimentação ativista do STP e de outros grupos que visavam a despatologização das identidades trans*, o DSM-V manteve a transexualidade como doença mental, apenas alterando o nome de "Transtorno de Identidade de Gênero" para "Disforia de Gênero". Não obstante algumas melhoras, apontadas pela ativista trans* Kelley Winters[9], ao mesmo tempo alguns elementos pioraram, em termos de estigma, principalmente no capítulo do manual chamado "Transvestic Disorder", anteriormente "Transvestic Fetichism" (Transtorno Travestista e Fetichismo Travestista, respectivamente), defendido pelos famosos psiquiatras chamados Ray Blanchard e J. Michael Bailey, já conhecidos na comunidade trans* no geral por suas posições estigmatizantes.

Uma vez que o DSM-V não atendeu às demandas do ativismo trans* que exigia a remoção das identidades trans* do manual, hoje o STP tem focado na alteração do CID, cuja nova versão (CID-11) está prevista para 2015[10].

A remoção das identidades trans* do DSM e CID é importante não somente simbolicamente pelo estigma de tais identidades serem vistas como doenças mentais, mas também para a autonomia dessas pessoas determinarem suas vidas e pela liberdade e pluralidade para viver o gênero de formas distintas sem a classificação de anormalidade. O trânsito de gênero deve ser considerado algo socialmente normal, e não deve ser passível de classificações médico-psiquiátricas que visam restringir a liberdade e autonomia das pessoas trans*.

III. Cissexismo e a criação/utilização de um termo que designe as pessoas "normais"

O termo cissexismo surge a partir dos termos cisgênero e cissexual. O uso do radical cis indica o uso latino de um binário de opostos cis/trans, e por isso, o termo cisgênero serve para nomear aquelas pessoas que não são transgêneras, a priori. O termo foi cunhado por pessoas trans* entre 1994-1995[11], e desde então tem sido usado como uma nomenclatura preferencial em relação a termos considerado pejorativos por serem advindos da literatura médica, como "biológico" (mulher/homem biológico(s)).

[8] http://www.stp2012.info/old/pt/noticias
[9] Confira a análise no blogue dela, em inglês, em http://gidreform.wordpress.com/category/dsm-5-2/
[10] http://www.abp.org.br/portal/archive/7296 e http://www.stp2012.info/STP_Communique_DSM_ICD.pdf
[11] http://en.wikipedia.org/wiki/Cisgender

Basicamente, argumenta-se que as pessoas trans* também são biológicas e que o termo é desumanizador na medida em que divide quem é trans* de quem não é através de critérios corporais essencialistas. Uma vez que ser trans* é, sobretudo, um fator social e não biológico, o uso do termo cisgênero inaugura um projeto de visibilidade social que procura elevar as pessoas trans* ao mesmo status de humano das pessoas não-trans* (cisgêneras).

> Nas produções acadêmicas contemporâneas, tanto das ciências médicas quanto das sociais, a identidade trans* é colocada sempre sob análise, tornando-se, compulsoriamente, objeto de critica. Ao nomearmos xs "normais" possibilitamos o mesmo, e colocamos a categoria cis sob análise, problematizando-a. **Buscamos o efeito político de elevar o status de pessoas cis ao mesmo das pessoas trans*: se pessoas trans* são anormais e doentes mentais, pessoas cis também o são, suas identidades também não são "reais"; se pessoas cis são normais e suas identidades naturais, pessoas trans* também são normais e suas identidades tão reais quanto.** (KAAS, 2012)[12].

Assim, o cissexismo é entendido como uma forma de sexismo que parte de um grupo identitário nomeado como cisgênero. Ou seja, cissexismo será uma forma de opressão que as pessoas cisgêneras exercem sobre as pessoas trans*. Será também uma forma de localizar institucionalmente uma estrutura que visa deixar as pessoas trans* à margem, e que desumaniza e reifica as identidades trans* como menos normais e abjetas em relação a quem não é trans*. Todo processo de deslegitimação de alguma vivência trans* será, então, cissexismo:

> Mas afinal o que é cissexismo então? Primeiramente é a desconsideração da existência das pessoas trans* na sociedade. O apagamento de pessoas trans* politicamente por meio da negação das necessidades específicas dessas pessoas. É a proibição de acesso aos banheiros públicos, a exigência de um laudo médico para as pessoas trans* existirem, ou seja, o gênero das pessoas trans* necessita legitimação médica para existir. É a negação de status jurídico impossibilitando a existência civil-social em documentos oficiais. (IBIDEM, 2012).

IV. A separação da ideia de identidade de gênero como sendo sinônimo de sexualidade, e a visibilidade das pessoas trans* não-heterossexuais.

Uma das pautas do transfeminismo é sem dúvida a importância de se falar sobre a sexualidade das pessoas trans*. Isso quer dizer que há a recusa da ideia historicamente médico-patologizante de que as pessoas trans* são assexuais e/ou que são automaticamente heterossexuais. A existência de mulheres trans* lésbicas e homens trans* gays, assim como bissexuais e pansexuais tem encontrado resistência tanto dentro quanto fora da comunidade trans* no geral. Assim, a norma heterocompulsória

[12] Grifo da autora.

age como uma forma de legitimação do status trans* da pessoa, uma forma de coerção das vivências que fogem à heteronormatividade. Ora, se as pessoas cisgêneras são diversas em suas sexualidades (hétero, homo, bi e pansexuais) decorre daí que as pessoas trans* também são diversas, pois a transexualidade não é um fenômeno exclusivo da ordem da sexualidade e sim do gênero. A separação da transexualidade como sendo sinônimo de sexualidade – inclusive expressa na sigla "LGBT" – figura também então como algo importante dentro do Transfeminismo.

V. Direitos Reprodutivos

A discussão dos direitos reprodutivos pautada pelo feminismo tradicional não dá mais conta de incluir diversas problemáticas envolvendo pessoas que transitam entre os gêneros. Aliás, o próprio conceito de mulher tem se revelado um terreno movediço e instável para se pautar políticas de saúde, deixando muita gente fora dessas políticas. O foco das políticas de direitos reprodutivos, para o transfeminismo, deve incluir também os direitos à não-esterilização compulsória promovida por muitos países, inclusive a Suécia que foi palco recente de disputas da militância trans* para que tal exigência fosse removida[13]. A esterilização compulsória de pessoas trans* como pré-requisito de atendimento médico, modificações corporais, casamento, e, sobretudo, para o reconhecimento pelo Estado do gênero de identificação da pessoa é uma violência que tem sido amplamente discutida e, felizmente, combatida. Além disso, a existência de homens trans* que preferem manter seus órgãos reprodutivos configura um desafio para as políticas públicas de saúde e direito à gestação, assim como aos feminismos cuja pauta principal se estabelece no direito ao aborto.

Conclusão

Pretendo finalizar esse pequeno texto introdutório deixando claro seu caráter extremamente limitado sobre o assunto. Tentei fazer um recorte para dar uma visão geral acerca do que o transfeminismo trata, sua importância, e quais são o que eu considero as principais demandas atuais sobre as identidades trans*. Em nenhum momento esse texto é capaz de abarcar muitas outras questões como a interseção de outros vetores de opressão como racismo, preconceito de classe, capacitismo, gordofobia, machismo e homofobia (entre outros). Além disso, minha voz não é a única no que diz respeito a esse assunto e, infelizmente, ainda dispomos de pouco material em língua portuguesa (tanto traduzido quanto produções nacionais). O consenso entre as pessoas transfeministas me parece ser que a identidade de uma pessoa trans* é soberana, ou seja, que os modos de auto-identificação devem prevalecer sobre quaisquer teorias que visem classificar esta ou aquela experiência trans*. Não há narrativas legítimas para a transexualidade, ou seja, não existe uma única forma de ser trans*. As pessoas trans*

[13] http://opiniaoenoticia.com.br/vida/comportamento/suecia-exige-esterilizacao-para-legalizar-documentos-de-transexuais/

são múltiplas, com desejos, percepções, sentimentos múltiplos, assim como as pessoas cisgêneras também o são. As vivências das pessoas trans* são intersecionadas por outros tipos de opressão como racismo, preconceito de classe, capacitismo, gordofobia, machismo e homofobia (entre outros) que constroem as vidas (ou não-vidas) dessas pessoas nos espaços sociais. Por isso, temos que sempre abordar com cuidado e tendo isso em vista, para que possamos realizar uma análise mais objetiva, que leve em conta todos os vários vetores de opressão.

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. *Rede Global para o desenvolvimento do CID – 11: A ABP faz a ponte, para a participação do psiquiatra brasileiro.* [s.l], 2012. Disponível em: <http://www.abp.org.br/portal/archive/7296>. Acesso em: 20 ago. 2013.

BENTO, Berenice. *O que é Transexualidade.* São Paulo: Brasiliense, 2008.

BELCHER, Helen. *Trans people left behind in England and Wales equal marriage bill*. [s.l], 2013. Disponível em: <http://www.gaystarnews.com/article/trans-people-left-behind-england-and-wales-equal-marriage-bill200513>. Acesso em: 20 ago. 2013.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

KAAS, Hailey. *O que é cissexismo.* [s.l], 2012. Disponível em: <http://transfeminismo.com/o-que-e-cissexismo/>. Acesso em: 20 ago. 2013.

KOYAMA, Emi. *Transfeminist Manifesto.* In: Catching a Wave: Reclaiming Feminism for the Twenty-First Century. [s.l], Northeastern University Press, 2003.

LORDE, Audre. *As ferramentas do mestre nunca irão desmantelar a casa do mestre.* [s.l], 2013. Disponível em: <http://questoesplurais.tumblr.com/post/52195869256/as-ferramentas-do-mestre-nunca-irao-desmantelar-a-casa>. Acesso em: 20 ago. 2013.

OPINIÃO E NOTÍCIA (Ed.). *Suécia exige esterilização para legalizar documentos de transexuais.* [s.l], 2012. Disponível em: <http://opiniaoenoticia.com.br/vida/comportamento/suecia-exige-esterilizacao-para-legalizar-documentos-de-transexuais/>. Acesso em: 20 ago. 2013

SERANO, Julia. *Whipping girl: A Transsexual Woman on Sexism and the Scapegoating of Femininity*. California: Seal Press, 2007.

STP – INTERNATIONAL CAMPAIGN STOP TRANS PATHOLOGIZATION. *Recent Developments related to the DSM and ICD Revision Process*. [s.l], 2013. Disponível em: <http://www.stp2012.info/STP_Communique_DSM_ICD.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2013.

WINTERS, Kelley. *GID Reform in the DSM-5 and ICD-11: A Status Update.* [s.l], 2013. Disponível em: <http://gidreform.wordpress.com/category/dsm-5-2/>. Acesso em: 20 ago. 2013.